

ATA NÚMERO VINTE E TRÊS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES REALIZADA NO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2025

Aos três dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e cinco, nesta vila de Fornos de Algodres, no edifício dos Paços do Concelho e na sala para o efeito destinada, reuniu a Câmara Municipal de Fornos de Algodres com as presenças de: Alexandre Filipe Fernandes Lote, que presidiu, Bruno Henrique Figueiredo Costa, Maria Luísa Dias Gomes, Rui Manuel Ferreira Lopes Furtado e João Manuel Pina Gomes, Vereadores. -----
Secretariou a reunião Célia Maria Candeias Ferreira, Técnica Superior. -----
Verificada a existência de quórum conforme o disposto no artigo 54.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deu-se início aos trabalhos pelas dez horas. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O Senhor Presidente usou da palavra, cumprimentando todos os presentes e todos aqueles que acompanhavam a reunião online, através dos canais oficiais do Município de Fornos de Algodres. De seguida, informou que havia sido notificado para comparecer a julgamento nos dias 11, 12 ou 13 de março, no âmbito do Processo Comum n.º 117/15.7T9SEI, cujo autor é o Ministério Público, por denúncia apresentada pelo Município de Fornos de Algodres. Esclareceu que o processo está relacionado com a questão do duplo financiamento do PT e com os consumos energéticos do Palace Hotel & Spa – Termas de São Miguel, que, durante algum tempo, foram suportados pela Câmara Municipal de Fornos de Algodres. Ainda sobre esta matéria, o Senhor Presidente acrescentou que, no referido processo, estão acusados o Senhor Gumercindo Oliveira, o Senhor ex-Presidente da Câmara Municipal, José Severino Soares Miranda, bem como as empresas Terras Serranas, Fornos Vida e Montalvia. Referiu igualmente que o respetivo julgamento deveria ter tido lugar no dia 9 de outubro de 2025; contudo, tem vindo a ser adiado, dado que a Senhora Juíza se encontrava de baixa. -----

Informou também que tinha sido notificado relativamente à audiência prévia da Ação Administrativa N.º 418/15.4 BECTB do Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco, intentada pelas Águas do Vale do Tejo, contra o Município de Fornos de Algodres, que se realizará em fevereiro de 2026. -----

O Senhor Presidente prosseguiu a sua intervenção, informando que havia nomeado, por despacho, a Senhora Vereadora Dra. Luísa Gomes como Presidente do Conselho Local de Ação Social; o Eng.º Bruno Costa e a Senhora Vereadora Dra. Luísa Gomes como representantes do Município de Fornos de Algodres no Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Fornos de Algodres; o Dr. Pedro Azevedo como responsável pelo acesso à informação; e o Arquiteto Carlos Gomes como Técnico Superior responsável pela dinamização da Comissão de Toponímia. Referiu também que tivera a honra de acolher, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, na qualidade de anfitrião e líder do consórcio do projeto “Expresso do Alto Mondego”, a primeira reunião de trabalho, da qual

fizeram parte os responsáveis dos quatro municípios envolvidos — Fornos de Algodres, Gouveia, Mangualde e Nelas — tendo sido apresentado o objetivo de transformar uma viagem de comboio numa experiência turística diferenciadora para quem visita estes concelhos. Acrescentou ainda que marcou presença em Marialva, na apresentação do Guia das “Aldeias com História do Centro de Portugal”, ocasião em que reforçou, junto do Professor Carlos Ascensão, Presidente da Rede das Aldeias Históricas, a intenção do Município de Fornos de Algodres de integrar a aldeia de Algodres na referida Rede, salientando que esta já se encontra contemplada no Guia por ser considerada uma “Aldeia de Montanha”. -----

O Senhor Presidente informou também que havia participado num conjunto alargado de iniciativas a nível local, nomeadamente em vários magustos tradicionais, no almoço das Olimpíadas Séniores e em reuniões com diferentes entidades, designadamente com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fornos de Algodres, a Associação Desportiva de Fornos de Algodres, a Casa do Benfica, a Associação de Pais do Agrupamento de Escolas de Fornos de Algodres, a AJAP e diversos empresários. Acrescentou ainda que marcou presença em várias festividades religiosas e na apresentação do livro “A Aplasia não me define”, da conterrânea Joana Neves, que decorreu em Vila Chã. -----

O Senhor Presidente deu também conhecimento de que tinha marcado presença na inauguração da Maternidade da Guarda, mais concretamente do Pavilhão 5, com a presença da Senhora Ministra da Saúde, referindo igualmente que havia solicitado o agendamento de uma reunião com o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal da Região Beiras e Serra da Estrela, a fim de se esclarecer a razão pela qual o atual Governo ainda não indicou ao Conselho de Administração da ULS da Guarda o nome do representante eleito, há mais de um ano, pela Comunidade Intermunicipal, nomeadamente o Presidente da Assembleia Municipal de Fornos de Algodres, Dr. Manuel Fonseca. Deu também nota de que havia participado na reunião de eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes da Comunidade Intermunicipal da Região Beiras e Serra da Estrela, tendo sido eleito para o cargo de Presidente o Presidente da Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo, Dr. Carlos Condesso, e para Vice-Presidentes o Presidente da Câmara Municipal de Manteigas, Dr. Flávio Massano, e o Presidente da Câmara Municipal de Seia, Dr. Luciano Ribeiro. Acrescentou que havia igualmente participado, na qualidade de orador, na Cerimónia dos Territórios da Longevidade, promovida pela CCDR Centro, em Castro Daire, ocasião em que o Município de Fornos de Algodres, atendendo às boas práticas apresentadas, foi distinguido com o respetivo galardão. Neste sentido, o Senhor Presidente solicitou aos dois Chefes de Divisão que reportassem tal facto a todas as equipas do Município de Fornos de Algodres, uma vez que se trata de uma distinção transversal, que reflete o trabalho de todos os funcionários da Câmara Municipal e das instituições do concelho, constituindo motivo de justo orgulho para todos. -----

O Senhor Presidente prosseguiu a sua intervenção, informando que tinha tido uma reunião com a REN, devido a uma situação muito sensível relacionada com a existência de uma linha de muito alta tensão que terá origem no Fundão e terminará em Bodiosa, atravessando obrigatoriamente o concelho de Fornos de Algodres. Referiu que se está a procurar delinear o traçado menos impactante para o concelho e acrescentou que a referida linha de muito alta tensão não está abrangida pelo Decreto-Lei n.º 18/2024, que determina que todos os concelhos afetados

por linhas de alta tensão devem ser ressarcidos em 5% do investimento efetuado. Nesse sentido, já foi comunicada a situação ao Ministério do Ambiente, uma vez que não faz qualquer sentido que esta linha não esteja prevista no referido Decreto-Lei, impossibilitando a obtenção da compensação de 5% destinada a minimizar os danos previstos. Deu ainda conhecimento de que havia tido uma reunião com a empresa de Higiene e Segurança no Trabalho, a qual apresentou o relatório técnico relativo às condições de trabalho dos funcionários do Município de Fornos de Algodres, reunião essa que contou também com a presença dos representantes dos trabalhadores. Parabenizou os Serviços da Câmara Municipal pela decoração e iluminação de Natal e endereçou um convite aos Senhores Vereadores do PSD para participarem no jantar de Natal da Câmara Municipal, que terá lugar no Mercado Municipal, no dia 23 de dezembro de 2025, sendo o convite extensivo a um acompanhante, mediante o custo associado de vinte euros.

Para terminar, o Senhor Presidente referiu que, no dia anterior, tinha marcado presença na Cerimónia Militar do XVII Aniversário do Comando Territorial da Guarda, em Aguiar da Beira, e que havia sido eleito Vice-Presidente da ADRUSE, na respetiva Assembleia Geral.

Relativamente à agenda para os próximos dias, o Senhor Presidente deu nota de que se iria realizar a primeira reunião alusiva ao torneio "FornosYouthCup"; que iria participar, no período da manhã do dia 06 de dezembro, nas Jornadas Micológicas; e que participaria também nas atividades da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fornos de Algodres, nos dias 06 e 07 de dezembro. Informou ainda que, no dia 08 de dezembro, apesar de ser feriado, se iniciariam os primeiros contactos com a Direção Executiva do FAM, com vista à revisão do Plano de Ajustamento Municipal; que no dia 09 de dezembro teria reunião do Conselho Intermunicipal da Região Beiras e Serra da Estrela; e que, no dia 10 de dezembro, marcaria presença em Sintra, numa cerimónia relacionada com a transferência de património do Estado para as autarquias locais, a convite do Senhor Ministro das Infraestruturas, cerimónia essa que deverá estar relacionada com a questão do apartamento da DRAP, o qual o Município conseguiu finalmente recuperar, assumindo o compromisso de o afetar como casa de função para eventuais professores ou médicos. Acrescentou que, no dia 11 de dezembro, estaria em Lisboa, em reunião com o Presidente da Fundação INATEL e com a Senhora Secretária de Estado da Ação Social; que nos dias 13 e 14 de dezembro estaria presente no Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses; que no dia 15 de dezembro participaria, no período da manhã, na reunião do Conselho Diretivo da ADRUSE; e que no dia 16 de dezembro participaria na Assembleia Geral do Geopark Estrela. Referiu também que teria ainda de preparar o Orçamento para o ano de 2026, a fim de ser devidamente aprovado, tanto em reunião de Câmara como em sessão de Assembleia Municipal. Por último, o Senhor Presidente sublinhou que, de acordo com a convocatória enviada no dia anterior, se iria realizar uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal, com o objetivo de proceder às nomeações necessárias, sobretudo para os Conselhos Municipais, em particular para a representação no Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

O Senhor Vereador Bruno Costa usou da palavra, cumprimentando todos os presentes e informando que, no dia anterior, em representação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, havia marcado presença, no Instituto Politécnico da Guarda, na reunião da Direção da ADSI – Agência de Desenvolvimento para a Sociedade da

Informação e do Conhecimento, entidade que, entre outras funções, procede à gestão do site do Município de Fornos de Algodres. Relativamente a esta temática, sublinhou que, na referida reunião, foram apresentados o Plano de Atividades e o respetivo Orçamento para o ano de 2026. Acrescentou que o Conselho de Direção da ADSI é atualmente composto pelo seu Presidente, que é o Presidente do Instituto Politécnico da Guarda; pelo Vice-Presidente, pertencente ao Município do Sabugal; pelo Tesoureiro, pertencente ao Município de Trancoso; e por dois Vogais, um do Município de Fornos de Algodres e outro do Município de Celorico da Beira. Informou ainda que será apresentada uma nova lista na Assembleia Geral, a realizar no dia 18 de dezembro, ocasião em que se ficarão a conhecer os novos elementos ou, eventualmente, se os atuais se manterão em funções. -----

O Senhor Vereador Bruno Costa prosseguiu a sua intervenção informando que, com a devida autorização do Senhor Presidente, entrou em contacto com todos os Senhores Presidentes de Junta, com o objetivo de informar da obrigatoriedade do registo predial dos terrenos das mesmas, salientando que, até ao final do corrente ano, os registos serão gratuitos. Contudo, referiu que não se sabe se, em 2026, haverá alguma prorrogação do prazo de submissão gratuita por parte do Governo. Uma vez que a presente reunião estava a ser transmitida online, o Senhor Vereador Bruno Costa apelou ao público em geral para que se dirija, ainda no mês de dezembro, ao Balcão do BUPI, a fim de proceder ao registo gratuito das suas propriedades. -----

O Senhor Vereador Bruno Costa informou também que o Município de Fornos de Algodres se encontra em conversações com a Resistrela, com o intuito de aumentar o número de ecopontos no concelho, tendo a APA, através do documento denominado “PAPERSU”, decidido que serão colocados oito novos ecopontos no concelho de Fornos de Algodres, de acordo com os objetivos fixados, que preveem a existência de noventa habitantes equivalentes por ecoponto. Nesse sentido, será instalado um novo ecoponto em Casal Vasco, um em Figueiró da Granja, um em Fornos de Algodres, um em Maceira, dois em Muxagata e dois em Queiriz. Deu também conhecimento de que iria ser instalada, junto ao Jardim Municipal, uma estrutura LED no âmbito da candidatura dos Bairros Comerciais Digitais, com a finalidade de divulgar as políticas internas e externas do Município de Fornos de Algodres. Informou ainda que, no dia 11 de dezembro, terá início a segunda fase do Projeto E-LAR, salientando que o “Espaço Energia” da Câmara Municipal de Fornos de Algodres, situado na Loja do BUPI, em frente ao edifício dos Paços do Concelho, dispõe de técnicos especializados para apoiar a elaboração e submissão das candidaturas, de acordo com as regras definidas. Relativamente a este assunto, o Senhor Vereador Bruno Costa sublinhou que, na primeira fase do Projeto, a verba disponível foi esgotada em seis dias; contudo, apesar de ter havido um reforço de cerca de sessenta milhões de euros, apelou a que os munícipes se dirijam ao Espaço Energia com a maior brevidade possível, onde contarão com o apoio de técnicos especializados para proceder à submissão da respetiva candidatura. -----

Para terminar, o Senhor Vereador Bruno Costa referiu que, no dia 29 de novembro de 2025, foi transmitido na RTP 1 um programa intitulado “Missão: 100% Português”, no qual foi feita alusão à Confraria da Urtiga, destacando-se naturalmente os produtos confeccionados com urtiga. Informou que esteve envolvido na organização do referido episódio, que havia sido gravado já há algum tempo, salientando um indicador relevante: o número de encomendas efetuadas de imediato na plataforma “O Bom Sabor da Serra”, que atingiram um

montante de vendas de aproximadamente trezentos e sessenta euros, diretamente para os produtores, contribuindo de forma significativa para o fomento da economia local. -----

A Senhora Vereadora Luísa Gomes usou da palavra, cumprimentando todos os presentes, bem como o público que acompanhava a reunião online, e começou por enunciar algumas das atividades em que havia marcado presença, nomeadamente a apresentação do livro “A Aplasia não me define”, da conterrânea Joana Neves, em Vila Chã; o almoço das Olimpíadas Séniores, com a presença dos “Jovens com mais idade”; uma reunião com a nova equipa da Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Fornos de Algodres; e o jantar solidário de Natal, organizado pela Fundação INATEL, em Vila Ruiva, destinado ao apoio de algumas das famílias mais vulneráveis do concelho de Fornos de Algodres. -----

A Senhora Vereadora Luísa Gomes prosseguiu a sua intervenção, dando nota de que, no dia 05 de dezembro, se iria comemorar o Dia Internacional do Voluntariado, sendo que o Município de Fornos de Algodres assinalaria a referida data através de um evento que contará com a participação de alguns voluntários que colaboraram com o Município ao longo do ano, no qual serão entregues os respetivos certificados, bem como uma lembrança, como forma de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido em prol do concelho. Informou ainda que, no dia 06 de dezembro, se realizará o XX Passeio Micológico, resultante de uma parceria entre o Município de Fornos de Algodres e a Confraria da Urtiga, e que, nesse mesmo dia, será igualmente celebrado o aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fornos de Algodres. Acrescentou que, no dia 07 de dezembro, marcará presença no almoço de Natal da Associação da Mata; que, no dia 09 de dezembro, participará num lanche convívio com os emigrantes que estão prestes a terminar o curso de Português – Língua de Acolhimento, na Residência de Estudantes, no qual cada participante partilhará uma iguaria típica do seu país de origem; e que, no dia 10 de dezembro, por volta das 16h00, terá lugar um encontro com os dirigentes associativos das IPSS do concelho, no Salão Nobre da Câmara Municipal, durante o qual será apresentado o Plano de Atividades para 2026 e será dado conhecimento da Cooperativa Social que se encontra em fase de constituição e desenvolvimento, por parte dos diretores técnicos das IPSS. Para terminar, a Senhora Vereadora Luísa Gomes fez ainda referência à Festa de Natal, que terá lugar no Mercado Municipal, no dia 15 de dezembro, no período da tarde, e que contará com a presença das crianças do Pré-Escolar e do 1.º Ciclo, bem como dos elementos do Projeto Fornos Vida, os quais assistirão a um espetáculo de circo. -----

O Senhor Vereador Rui Furtado usou da palavra, cumprimentando todos os presentes e todos aqueles que acompanhavam a presente reunião on-line, e começou por questionar o Executivo Municipal relativamente ao ponto de situação do Centro de Saúde, uma vez que é do conhecimento geral que se tem verificado a falta de médicos, assim como o encerramento do SAP, por períodos longos, o que é deveras preocupante para toda a população do concelho de Fornos de Algodres. No que concerne ao que havia sido referido na reunião anterior, relativamente ao avultado investimento necessário para fazer face à intervenção na estrada, que faz a ligação entre Algodres e Maceira, o Senhor Vereador Rui Furtado sublinhou que, uma vez que o investimento total não poderá ser incluído, no imediato, no orçamento municipal, deveria considerar-se a possibilidade de realização dos trabalhos, faseadamente, adjudicando as eventuais empreitadas, parcialmente, o que, na sua opinião, se trataria

de uma boa estratégia orçamental. Neste contexto, referiu também a urgente necessidade de intervenção na estrada que faz a ligação entre Muxagata e Fuinhas, que se encontra em péssimas condições, pondo em causa a segurança da população. -----

O Senhor Vereador Rui Furtado prosseguiu a sua intervenção, fazendo alusão ao parque infantil e de lazer da Zona Sul, uma vez que se trata de uma infraestrutura que carece urgentemente de manutenção e intervenção, nomeadamente na porta de acesso, que se encontra completamente danificada, assim como todos os candeeiros têm os vidros partidos, a estrutura de ferro existente, até poderá ser moderna, mas não está devidamente adaptada às condições de quem a utiliza, uma vez que se encontra muito elevada, para além de que também se verifica a falta de sanitários. Neste contexto, acrescentou ainda que seria de facto urgente que se atentasse na referida situação, estudando também a possibilidade de intervenção e melhoramento do lago, uma vez que se trata de um espaço muito bonito, agradável, central e que é frequentado por muitas pessoas -----

Outro dos assuntos abordados pelo Senhor Vereador Rui Furtado, prendeu-se com o facto de ter tido conhecimento que se têm verificado algumas dificuldades relativamente ao licenciamento de obras e, a título de exemplo, fez referência a um caso concreto, na Freguesia de Vila Ruiva, em que um casal de ingleses, se encontra, há mais de dois anos, a aguardar o respetivo licenciamento para a reconstrução de uma casa e, eventualmente, apenas por falta de entrega de algum documento. Neste contexto, o Senhor Vereador Rui Furtado sugeriu que o Departamento de Urbanismo do Município de Fornos de Algodres, caso surjam situações idênticas, tome a iniciativa de contactar o promotor em causa, advertindo para o facto de que não procedeu à respetiva entrega dos documentos, por forma a que os investimentos não fiquem bloqueados, única e exclusivamente, devido à eventual falta de apresentação dos mesmos. -----

Sublinhou ainda o Senhor Vereador Rui Furtado que tinha verificado, com algum agrado, que a AJAP continuará a desenvolver as suas funções na área de apoio aos agricultores do concelho de Fornos de Algodres, pelo que, gostaria de saber, quais os moldes do protocolo celebrado e quais as contrapartidas financeiras inerentes e, ainda nesse âmbito, mais concretamente relativamente à questão da ADRUSE, salientou que é de facto muito importante que o Município de Fornos de Algodres faça parte integrante da Direção da referida instituição, no entanto, e à imagem do que se tem assistido nos últimos anos, não se tem tirado muito proveito de tal situação, no que respeita a apoios efetivos aos agricultores do concelho, uma vez que as verbas que têm sido disponibilizadas para projetos agrícolas, têm sido muito residuais, havendo inclusivamente candidaturas que nem sequer mereceram qualquer tipo de resposta por parte da ADRUSE, uma vez que não há verba disponível. Neste sentido, o Senhor Vereador Rui Furtado sublinhou que, seria de bom tom, que se tentasse contornar tal situação, permitindo assim que os agricultores consigam modernizar as suas instalações e aumentar a produção. -----

No que diz respeito à instalação dos novos ecopontos, o Senhor Vereador Rui Furtado sublinhou que se trata de uma medida deveras importante, no entanto, na sua opinião, também se deveria acautelar a manutenção dos que já existem e, a título de exemplo, fez referência a um ecoponto, situado em Vila Soeiro do Chão, que se encontra completamente tapado com silvas e, no que concerne à plataforma “O Bom Sabor da Serra”, referiu que se deverá ter em mente que o Marketing digital é colossal, sendo que, atendendo aos investimentos que já foram feitos e

para que se tire o máximo proveito da referida plataforma, deverá verificar-se uma maior divulgação da mesma, o que permitirá uma maior rentabilidade para todos os produtores. -----

O Senhor Vereador João Gomes usou da palavra, cumprimentando todos os presentes, assim como o público que acompanhava a presente reunião on-line e começou por transmitir uma mensagem que deverá ser considerada a curto, médio e longo prazo, mensagem essa que se prende com a necessidade de reforçar claramente e de uma forma muito premente, a importância do Setor Agrícola e do Setor Florestal no concelho de Fornos de Algodres, uma vez que são setores cruciais e fundamentais para o desenvolvimento do mesmo, pelo que deverão ser considerados como prioridades estratégicas do presente mandato. Neste contexto, fez alusão ao breve filme que havia sido transmitido, aquando da tomada de posse do atual Executivo Municipal, no dia 03 de novembro de 2025, sublinhando que o mesmo tinha como enfoque tudo aquilo que tem definido o concelho de Fornos de Algodres, ao longo da sua história, nomeadamente a floresta e a agricultura e, por forma a reforçar a sua mensagem, salientou que “a agricultura é biodiversidade, é água com qualidade, é solo para o presente, mas também para as futuras gerações, é carbono sequestro, é economia, é emprego, é ordenamento do território, é comida, é prevenção de incêndios, proteção ambiental, é coesão territorial.” Ainda relativamente a esta temática, o Senhor Vereador João Gomes sublinhou que, tendo em conta a ação política dos anteriores Executivos Municipais, em que a atividade ambiental sempre foi considerada como uma vertente importante, e se for intenção do Município, manter uma política ambiental forte e com impacto produtivo, dever-se-á apostar, decididamente, na agricultura e na floresta, não menosprezando outras áreas de intervenção. -----

O Senhor Vereador João Gomes prosseguiu a sua intervenção, acrescentando ainda que a agricultura faz o ordenamento equilibrado da natureza e, se não houver agricultura, a natureza é desordenada e acaba por ser destruída pelos incêndios, que, mais tarde, ou mais cedo, virão e terão consequências, provavelmente para todos os habitantes do concelho de Fornos de Algodres, sendo que a agricultura e o devido ordenamento da floresta, são os meios mais eficazes para evitar tais situações, situações essas que são cada vez mais prementes, tendo em conta as alterações climáticas a que todos estão sujeitos. Sublinhou também o Senhor Vereador João Gomes que a agricultura e os referidos setores vão ao encontro dos objetivos da ODS, ou seja dos objetivos de desenvolvimento sustentável, contribuindo para a proteção da biodiversidade e dos recursos naturais, recordando e salientando também que o verão de 2025, voltou a mostrar a gravidade dos incêndios florestais em Portugal e no concelho de Fornos de Algodres, em particular, o que indica que se deve fazer muito mais, sendo na agricultura, na pecuária e na floresta, onde se deverá colocar o enfoque da ação política. -----

Para terminar, o Senhor Vereador João Gomes referiu que se de facto se pretender melhorar significativamente o concelho de Fornos de Algodres, dever-se-á apostar, de forma séria, na agricultura e na floresta, sugerindo para o efeito, a elaboração e implementação de um Plano integrado para dinamização da agricultura e a sua renovação geracional no Município de Fornos de Algodres e também a implementação de uma gestão conjunta das áreas florestais -AIGF- e/ou -ZIF(s) - zonas de intervenção florestal, envolvendo várias entidades, várias pessoas e várias estratégias, tendo por base uma estrutura colaborativa, no sentido de se poder acautelar o futuro do concelho de Fornos de Algodres, que se deverá basear, sem dúvida alguma, na agricultura e na floresta. -----

O Senhor Presidente usou da palavra e, no que diz respeito à intervenção da Senhora Vereadora Luísa Gomes, começou por manifestar o seu particular agrado por saber que os emigrantes que se encontram a trabalhar no concelho de Fornos de Algodres estão devidamente integrados e a usufruir de formação em português, uma vez que o domínio da língua é fundamental para que possam criar laços de proximidade com a comunidade fornense. Relativamente ao Encontro com os dirigentes das IPSS, lamentou o facto de não poder marcar presença por sobreposição de agenda; contudo, caso lhe seja possível, tentará participar, ainda que virtualmente, uma vez que se encontrará em viagem. Deixou ainda uma palavra de apreço e reconhecimento pelo trabalho que as IPSS têm desenvolvido no concelho de Fornos de Algodres e, sobretudo, pela capacidade demonstrada em trabalhar em rede, com o intuito de encontrar novas soluções, nomeadamente através da Cooperativa Social que se encontra em fase de implementação.

Face ao exposto pelo Senhor Vereador Bruno Costa, o Senhor Presidente manifestou igualmente o seu agrado relativamente à questão da instalação dos novos ecopontos, sendo também imperativo que se proceda à manutenção dos já existentes, e, no que diz respeito à instalação do Led no jardim Municipal, referiu que o mesmo deveria funcionar, não só para promover as iniciativas do Município de Fornos de Algodres, mas também deverá servir como ponto de divulgação, quer das iniciativas do setor social, quer das iniciativas dos agentes locais, no âmbito dos trâmites que deverão caracterizar um Bairro Comercial Digital.

No seguimento do explanado pelo Senhor Vereador Rui Furtado, no que concerne ao Centro de Saúde, o Senhor Presidente informou que este dispõe atualmente de cinco médicos, sendo que a Dra. Marta esteve de baixa, mas por uma boa razão relacionada com a maternidade; contudo, no mês de novembro, tudo se restabeleceu, não se tendo verificado qualquer falha no funcionamento da Unidade. Neste contexto, informou também que, relativamente à política de Saúde e à situação do Centro de Saúde de Fornos de Algodres, está claramente tipificado na lei que é da competência do Governo Central assegurar a presença de médicos na referida Unidade, bem como a sua substituição, através da ULS da Guarda. Acrescentou que, nos últimos anos, sempre que são abertas vagas para o Centro de Saúde de Fornos de Algodres, estas são de imediato preenchidas, atendendo à situação geográfica privilegiada do concelho, pela proximidade a dois grandes centros urbanos, nomeadamente Guarda e Viseu.

No que diz respeito à manutenção da estrada que faz a ligação entre Algodres e Maceira, o Senhor Presidente reiterou que não seria possível, num único ciclo económico, proceder à sua intervenção total, estando, contudo, previstas intervenções pontuais, tal como o Senhor Vereador Rui Furtado sugeriu, não só na ligação de Algodres a Maceira, mas também na ligação entre Muxagata e Fuinhas, encontrando-se já ambas as situações cabimentadas no orçamento para 2026. Salientou, no entanto, que o ideal seria a existência de um programa nacional que contemplasse este tipo de intervenções. Relativamente ao parque infantil da Zona Sul, o Senhor Presidente referiu tratar-se de um investimento realizado no anterior mandato, do qual muito se orgulha, tendo a parte da “workstation” resultado de uma proposta apresentada no âmbito do Orçamento Participativo, a par da construção de um minicampo de jogos, que tem sido bastante utilizado. Acrescentou que estão previstas várias intervenções no referido espaço, nomeadamente a instalação de uma estação de bicicletas e a colocação de

balizas e, quanto à questão do lago — considerado altamente perigoso para as crianças, dada a possibilidade de ocorrência de afogamentos —, será adotada uma estrutura plana, mantendo o elemento “água”, que contribui para o embelezamento e frescura do espaço, possivelmente com repuxos que permitam brincar em segurança. Informou ainda que será resolvida a situação da porta, anteriormente reportada pelo Senhor Vereador Rui Furtado, sendo que os Serviços Externos do Município de Fornos de Algodres terão a obrigação de proceder à manutenção regular do espaço, de modo a detetar e reportar qualquer anomalia. Quanto à questão da inexistência de sanitários no local, o Senhor Presidente referiu que, quando utiliza o espaço com os seus filhos, recorre aos sanitários da Central de Camionagem, considerando, contudo, que deverá ser estudada uma solução específica, a discutir com os serviços da Câmara Municipal.

Em relação à questão do licenciamento de obras, o Senhor Presidente sublinhou que o respetivo Pelouro do Urbanismo esteve a seu cargo no último mandato e que sempre priorizou esta área, garantindo que os processos fossem devidamente e rapidamente avaliados, no sentido de nunca se desperdiçarem oportunidades de investimento no concelho de Fornos de Algodres. Acrescentou que nunca teve conhecimento da situação reportada pelo Senhor Vereador Rui Furtado; contudo, afirmou que iria averiguar o que se passa, até porque a captação de investimento no concelho é, sem sombra de dúvida, uma das premissas prioritárias, não só do atual Executivo Municipal, como também do anterior. No que concerne à questão da AJAP, e indo ao encontro do proferido pelo Senhor Vereador João Gomes, sublinhou que, em reunião prévia com o Senhor Vereador Bruno Costa e com os elementos da AJAP, foi claramente transmitido o que consta no Programa Eleitoral do Partido Socialista, nomeadamente que a Agricultura e a Floresta constituem prioridades estratégicas, e que se pretende rentabilizar o serviço do BUPI, permitindo o acesso a toda a informação cadastral, designadamente a identificação da classificação dos solos — se agrícolas ou florestais — e o conhecimento atualizado dos respetivos proprietários. Ainda relativamente a este assunto, o Senhor Presidente salientou que o referido setor tem sido continuamente apoiado, nomeadamente através de apoios dirigidos aos ovinicultores e apicultores.

No que diz respeito à Plataforma “O Bom Sabor da Serra”, o Senhor Presidente informou que, durante a pandemia, foi vendida cerca de uma tonelada e meia de Queijo Serra da Estrela, o que, por si só, na relação custo/benefício, constitui um claro indicador de que a referida Plataforma justificou plenamente todo o investimento realizado, devendo continuar a ser apostada enquanto importante instrumento de valorização dos produtos endógenos do concelho de Fornos de Algodres.

Face ao explanado pelo Senhor Vereador João Gomes relativamente à prevenção de incêndios, o Senhor Presidente manifestou a sua concordância com o facto de se dever investir na dinamização do setor agrícola e no sequestro de carbono.

Relativamente à questão da ADRUSE, abordada pelo Senhor Vereador Rui Furtado, o Senhor Presidente aproveitou para endereçar uma palavra de apreço ao ex-Presidente da ADRUSE, Dr. Manuel Fonseca, atual Presidente da Assembleia Municipal de Fornos de Algodres, que, num período extremamente difícil para a instituição, em que nem sequer havia verba para fazer face aos salários, conseguiu, juntamente com os funcionários, recuperar a sua situação económica, conferindo-lhe maior sustentabilidade, no sentido de cumprir o

papel que lhe foi destinado, quer pela Comissão Europeia, quer pelos anteriores e atuais Governos nacionais. Ainda relativamente a esta temática, o Senhor Presidente sublinhou ser extremamente importante que Portugal, enquanto país de periferia, volte a colocar o centro das políticas para o mundo rural nos GAL – Grupos de Ação Local, considerando igualmente fundamental que o Governo olhe para o setor agrícola como uma oportunidade de executar, de forma célere, verbas do Quadro Comunitário, respondendo às necessidades do território. Neste sentido, o Senhor Presidente destacou que a ADRUSE desenvolve um trabalho extraordinário; contudo, persiste a incapacidade dos sucessivos Governos em dar resposta às necessidades urgentes do território, o que impede a valorização dos setores agrícola e florestal. Assim, na qualidade de Presidente do Município de Fornos de Algodres e enquanto Vice-Presidente da ADRUSE, reforçará junto do Governo da República a importância dos GAL em geral e, em particular, da ADRUSE, para que esta possa cumprir adequadamente a sua função. -----

O Senhor Vereador Bruno Costa usou da palavra e, no que diz respeito à manutenção dos ecopontos, referiu que, embora tal não seja da responsabilidade do Município de Fornos de Algodres, mas sim da Resistrela, existe sempre um estreito contacto sempre que ocorre alguma situação extraordinária, tendo tido conhecimento da ocorrência verificada em Vila Soeiro do Chão, a qual já se encontra devidamente resolvida. Relativamente à Plataforma “O Bom Sabor da Serra”, esclareceu que se trata de um projeto criado em 2019, apoiado pelo Fundo Ambiental, tendo o investimento do Município rondado os dez mil euros, mantendo-se o apoio contínuo no que respeita à manutenção da plataforma e à aquisição de caixas para envio das encomendas. Acrescentou que, após a transmissão do programa televisivo, foram realizadas vendas no valor imediato de trezentos e sessenta euros, mas que, desde o início do projeto, já foram injetados mais de cento e sessenta mil euros na economia dos produtores envolvidos. Concordou igualmente com a necessidade de reforçar o investimento em marketing, referindo que, certamente, no orçamento de 2026 constará uma rubrica destinada a esse efeito. Informou ainda que, concomitantemente, o Município de Fornos de Algodres está também a trabalhar na “Loja do Bairro” que, embora apresente maior complexidade de implementação, se encontra, felizmente, bem encaminhada. -----

No que diz respeito à intervenção do Senhor Vereador João Gomes, o Senhor Vereador Bruno Costa informou que havia sido aprovado, em Assembleia Municipal, o PMAC – Plano Municipal de Alterações Climáticas, o qual se encontra publicado no site do Município de Fornos de Algodres e do qual fazem parte medidas concretas a implementar nos setores agrícola e florestal. Acrescentou que, no Plano Eleitoral do Partido Socialista, está evidenciada a questão do mercado voluntário de carbono, uma vez que se encontra relacionada com o Plano Nacional da Floresta 2025-2030, recentemente aprovado pelo novo Governo, estando-se a aguardar a abertura da respetiva janela de oportunidade, de modo a avançar também nessa área. Para terminar, o Senhor Vereador Bruno Costa manifestou o seu agrado pelo facto de o Senhor Vereador João Gomes ter feito referência aos ODS, dado que o Município de Fornos de Algodres é parceiro da Plataforma ODS Local desde 2020, encontrando-se prevista, no orçamento de 2026, a aquisição da versão Pro, por forma a disponibilizar mais ferramentas de trabalho aos técnicos do Município. -----

O Senhor Presidente usou da palavra, referindo que o protocolo celebrado com a AJAP se encontra publicado no site do Município de Fornos de Algodres, podendo assim ser consultado. Nesse sentido, esclareceu que os

serviços anteriormente prestados pela AJAP, no edifício da Caixa de Crédito Agrícola, irão continuar a ser prestados mediante os mesmos custos, sendo que, em troca de determinada verba — definida no anterior mandato —, a AJAP passará igualmente a prestar serviços à Câmara Municipal, de acordo com o estipulado no referido protocolo. Informou ainda que os dois elementos da AJAP são excelentes profissionais, com uma relação muito próxima com os agricultores, constituindo, por isso, uma mais-valia para a estratégia de valorização da agricultura e da floresta. -----

O Senhor Vereador João Gomes usou da palavra, referindo que, nas competências atribuídas aos Senhores Vereadores, consta de facto o apoio ao setor primário; contudo, na sua opinião, tal expressão remete sobretudo para um apoio financeiro e pecuniário, o qual representa apenas cerca de 10% do trabalho que importa desenvolver, sendo que o essencial deverá assentar na adoção de medidas estruturais, a médio e longo prazo. Relativamente à Feira do Queijo Serra da Estrela, referiu que a mesma se realizou anualmente, desde os seus primórdios, enquanto que a Feira Regional da NUT III, englobando os municípios de Fornos de Algodres, Gouveia e Seia, foi resultado de uma candidatura pontual de apenas três feiras, sendo uma em cada um dos referidos concelhos, tratando-se de um evento de extrema importância para o desenvolvimento de cada uma delas, uma vez que proporcionou um excelente intercâmbio de conhecimentos e experiências -----

O Senhor Presidente usou da palavra, sublinhando que, quando se faz referência ao apoio ao setor primário, a intenção é claramente ir muito além do apoio financeiro. Relativamente à Feira do Queijo Serra da Estrela, reiterou que, quando assumiu funções na Câmara Municipal, havia manifesta vontade de continuar a organizar uma Feira do Queijo regional; contudo, o novo Executivo Municipal, à época, não partilhava da mesma visão, tendo sido retomada a tradição de realizar uma Feira do Queijo anual. O Senhor Vereador João Gomes acrescentou que a sua intervenção teve apenas como finalidade enaltecer que se deverá estudar cuidadosamente a adoção de medidas estratégicas de valorização e desenvolvimento dos setores agrícola e florestal. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

1-PROPOSTA DE ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 19 DE NOVEMBRO DE 2025, PARA APROVAÇÃO. -----

O Senhor Presidente, após leitura da ata, propôs a sua aprovação. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade. -----

2- APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI). --

Considerando: -----

1. Que nos termos do disposto nas alíneas c) e d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, é competência da Assembleia Municipal sobre proposta da Câmara Municipal fixar a taxa municipal sobre imóveis (IMI); -----
2. O Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) constitui uma importante receita do Município de Fornos de Algodres, conforme previsto no Código do IMI (Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na redação em vigor); -----
3. Compete à Câmara Municipal propor à Assembleia Municipal a taxa de IMI a aplicar anualmente no concelho; -----
4. A política fiscal municipal deve ter em conta as necessidades financeiras da autarquia, a sustentabilidade das contas públicas, os investimentos previstos e o apoio às famílias e empresas; -----

Assim, encontrando-se o Município de Fornos de Algodres abrangido por medidas de acompanhamento e disciplina financeira previstas no Plano de Ajustamento Municipal, que exigem cumprimento rigoroso das metas de equilíbrio orçamental e reforço das receitas correntes estáveis, propõe-se que a Câmara Municipal de Fornos de Algodres delibere aprovar a fixação da taxa de IMI a aplicar no ano 2026 em 0,41%, de acordo com o artigo 1.º da Adenda ao Contrato de Ajustamento Municipal do Município de Fornos de Algodres. -----

O Senhor Presidente usou da palavra referindo que a presente proposta pretende a fixação da taxa de IMI em 0,41%, de acordo com o que está patente no Plano de Ajustamento Municipal e tendo em conta o enquadramento económico e financeiro do Município de Fornos de Algodres. -----

O Senhor Vereador Rui Furtado usou da palavra referindo que as suas considerações englobariam o presente ponto, assim como os pontos 3 e 4 e, atendendo à importância dos assuntos em causa para o futuro dos cidadãos do concelho de Fornos de Algodres, sublinhou que se deveria negociar as condições impostas pelo FAM, aproveitando para questionar há quanto tempo, tal não acontecia, uma vez que considera que se deveria proceder à revisão de todas as taxas, por forma a facilitar a vida de todos os fornenses. Acrescentou ainda que não acredita que o FAM não seja sensível ao desenvolvimento do interior do país, quando se fala cada vez mais na descentralização e na necessidade de repovoar o território, sendo que, se se continuar a aplicar as taxas máximas, certamente que os investidores irão verificar melhores condições noutras concelhos, que são muito mais competitivos. -----

Relativamente aos pontos 2, 3 e 4 o Senhor Vereador João Gomes passou a citar três notas: -----
"- Devíamos, aquando da proposta formal de revisão do PAM ter sido mais assertivos, audaciosos e agressivos na negociação da taxa de IMI, que passou de 0,45% para 0,41%, a taxa da Derrama e a taxa de IRS; -----
- Apelo ao Senhor Presidente, para que, logo que seja possível, apresente uma nova proposta de revisão do PAM, que incorpore uma diminuição da taxa de juro paga e também a baixa das taxas de impostos para os nossos municípios e empresas, nomeadamente o IMI e a Derrama sobre o IRC; -----

- No Programa de Ajustamento Municipal é também exigido ao nosso Município que tenha medidas e ações de racionalização da despesa e não apenas na maximização da receita municipal. Desta forma, apelo ao Senhor Presidente que as ações e despesas efetuadas sejam racionais e contribuam verdadeiramente para o crescimento e melhoramento do nosso Município, para benefício de todos os munícipes e talvez, com uma forma mais cuidada de gastar o dinheiro, que é de todos, se consiga, mais rapidamente, baixar taxas de impostos pagas pelos fornenses e pelas empresas.” -----

O Senhor Presidente usou da palavra referindo que a questão da Derrama e da participação variável no IRS constitui uma imposição legal, uma vez que, de acordo com o art.º 35.º-A da Lei n.º 53/2014, que regula o Fundo de Apoio Municipal, está definido que os municípios ao abrigo do FAM devem aplicar a taxa máxima tanto na Derrama como na participação variável do IRS, sem qualquer alternativa possível, salvo se, eventualmente, viesse a ocorrer uma revisão da legislação em vigor. Acrescentou que, em vez de adotar uma postura mais agressiva nas negociações, aquando do início do processo, o PSD deveria ter sido mais responsável e evitado colocar o Município de Fornos de Algodres numa situação de endividamento extremamente pesada, que custa anualmente mais de um milhão de euros a todos os munícipes, obrigando o Município a aderir a um programa com tão elevado nível de exigência. Relativamente ao IMI, o Senhor Presidente referiu que se trata da única taxa que pode ser discutida, uma vez que, no mandato anterior, juntamente com o atual Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Manuel Fonseca, participou em várias reuniões que conduziram à alteração da Lei n.º 53/2014, com a criação do art.º 35.º-A, permitindo que, desde que cumprido o que está definido no PAM, seja possível reduzir a taxa de IMI. Contudo, alertou que essa redução poderá ser neutralizada por um eventual aumento do valor patrimonial tributário dos imóveis. Para terminar, salientou que a taxa a aplicar deverá ser de 0,41%, estando prevista uma negociação com o FAM para se apurar se existirão condições para, durante o presente mandato, proceder a uma redução gradual da mesma, dentro dos limites legais de 0,3% a 0,45%. Informou ainda que existem municípios vizinhos que aplicam a taxa de 0,3%, o que retira competitividade ao território; porém, recordou que não foi o Partido Socialista que criou tal situação, limitando-se a geri-la desde 2013, situação essa que considera resultar de uma grande irresponsabilidade da anterior gestão da Câmara Municipal de Fornos de Algodres, da qual nunca fez parte. No que diz respeito à racionalização da despesa, o Senhor Presidente sublinhou que esta constitui uma prioridade do Município, em articulação com os serviços, acrescentando que, se não se atuar de forma criteriosa na capacidade de captar receita proveniente de fundos comunitários e nacionais, não será possível aplicar a estratégia de desenvolvimento delineada para o concelho de Fornos de Algodres. -----

A Câmara deliberou aprovar por maioria com as abstenções do Senhor Vereador Rui Manuel Ferreira Lopes Furtado e do Senhor Vereador João Manuel Pina Gomes. -----

3-APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA DERRAMA SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL.

Considerando que: -----

1. Que nos termos do disposto nas alíneas c) e d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, é competência da Assembleia Municipal sobre proposta da Câmara Municipal autorizar o lançamento de derrama; -----
2. Que nos termos do disposto no artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que aprova o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, os municípios podem deliberar lançar uma derrama, de duração anual e que vigora até nova deliberação; -----
3. O Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC), que define a derrama municipal como tributo incidente sobre o lucro tributável das empresas com sede ou estabelecimento estável no município; -----
4. Compete à Câmara Municipal propor à Assembleia Municipal a taxa anual de Derrama, aplicável no respetivo território. -----

Assim, encontrando-se o Município de Fornos de Algodres abrangido por medidas de acompanhamento e disciplina financeira previstas no Plano de Ajustamento Municipal, que exigem cumprimento rigoroso das metas de equilíbrio orçamental e reforço das receitas correntes estáveis, propõe-se que a Câmara Municipal de Fornos de Algodres delibere aprovar o lançamento de taxa de Derrama a aplicar no ano 2026, a taxa máxima em 1,50%, de acordo com o Contrato Programa de Ajustamento Municipal do Município de Fornos de Algodres. -----

A Câmara deliberou aprovar por maioria com as abstenções do Senhor Vereador Rui Manuel Ferreira Lopes Furtado e do Senhor Vereador João Manuel Pina Gomes. -----

4- APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS. -----

- Considerando: -----
1. Que nos termos do disposto nas alíneas c) e e) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, é competência da Assembleia Municipal sobre proposta da Câmara Municipal fixar taxa da Participação Variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS); -----
 2. Nos termos do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais), os municípios podem deliberar anualmente a percentagem da participação variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, até ao limite máximo de 5%. -----
 3. A decisão deve ser comunicada à Autoridade Tributária até 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeita; -----

4. A participação variável constitui uma receita municipal que visa reforçar a autonomia financeira do Município e apoiar o financiamento de políticas públicas locais. -----

Assim, encontrando-se o Município de Fornos de Algodres abrangido por medidas de acompanhamento e disciplina financeira previstas no Plano de Ajustamento Municipal, que exigem cumprimento rigoroso das metas de equilíbrio orçamental e reforço das receitas correntes estáveis, propõe-se que a Câmara Municipal de Fornos de Algodres delibere aprovar a taxa de Participação Variável no IRS a aplicar no ano 2026, a taxa máxima em 5%, de acordo com o Contrato Programa de Ajustamento Municipal do Município de Fornos de Algodres. -----

A Câmara deliberou aprovar por maioria com as abstenções do Senhor Vereador Rui Manuel Ferreira Lopes Furtado e do Senhor Vereador João Manuel Pina Gomes. -----

5- APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO DAS TAXAS MUNICIPAIS NO ANO DE 2026, DE ACORDO COM A TAXA DE INFLAÇÃO VERIFICADA NO ANO DE 2025. -----

Considerando: -----

1. *Nos termos do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais e demais legislação aplicável, compete ao Município proceder à atualização anual das taxas municipais de forma proporcional à variação dos preços no consumidor, assegurando a adequação das receitas municipais aos custos efetivos dos serviços prestados;* -----
2. *Nos termos artigo 9.º do Regime Jurídico das Taxas das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro e pela Lei n.º 117/2009, de 29 de dezembro, as taxas municipais devem ser atualizadas anualmente, de acordo com a taxa de inflação que for verificada no ano anterior, após publicitação da taxa pelo INE, a aplicar no Regulamento de Taxas do Município de Fornos de Algodres e no Regulamento de Tarifas e Preços do Município de Fornos de Algodres;* -----
3. *Compete à Câmara Municipal propor à Assembleia Municipal a atualização das taxas municipais de acordo com a taxa de inflação que for verificada no ano 2025.* -----

Assim, encontrando-se o Município de Fornos de Algodres abrangido por medidas de acompanhamento e disciplina financeira previstas no Plano de Ajustamento Municipal, que exigem cumprimento rigoroso das metas de equilíbrio orçamental e reforço das receitas correntes estáveis, propõe-se que a Câmara Municipal de Fornos de Algodres delibere aprovar a atualização da taxas municipais a cobrar no ano 2026, de acordo com a taxa de inflação verificada no 2025, nos 10 (dez) úteis após publicitação pelo INE, no estrito cumprimento do Contrato Programa de Ajustamento Municipal do Município de Fornos de Algodres.

O Senhor Presidente usou da palavra, referindo que a presente atualização consta do Regulamento de Taxas e Tarifas do Município de Fornos de Algodres, atualização essa que tem sido efetuada de acordo com a taxa de inflação, sendo que, no ano de 2026, se procederá à sua revisão ou, eventualmente, à elaboração de um novo regulamento.

Relativamente ao assunto em apreciação, o Senhor Vereador João Gomes passou a declarar o seguinte:

“- Tendo em conta que o Município de Fornos de Algodres é constituído por pessoas e empresas que de uma forma geral têm baixas rentabilidades, quando comparadas com a média nacional, e que necessitamos impulsionar, promover e motivar o investimento privado, considero que as taxas municipais não deveriam sofrer aumentos. A especificidade do nosso território e das nossas gentes, assim o exigiria.”

No seguimento do proferido pelo Senhor Vereador João Gomes, o Senhor Presidente sublinhou que a atualização das taxas resultou de uma fiscalização realizada pelo Tribunal de Contas, no âmbito da execução do PAM, sendo imperativo manter tal procedimento, de modo a cumprir os objetivos de arrecadação de receita previstos no referido Plano.

A Câmara deliberou aprovar por maioria com as abstenções do Senhor Vereador Rui Manuel Ferreira Lopes Furtado e do Senhor Vereador João Manuel Pina Gomes.

6- APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE APLICAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITO DE PASSAGEM.

Considerando que a Lei das Comunicações Eletrónicas Lei n.º 16/2022, de 16 de agosto, com as alterações introduzidas pela Decreto-Lei n.º 144/2024, de 20 de dezembro, estabelece que os direitos e os encargos relativos à implantação, à passagem e ao atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios públicos e privados municipais podem dar origem ao estabelecimento de uma taxa municipal de direitos de passagem (TMDP).

A TMDP obedece aos seguintes princípios:

1) A alínea a) do n.º 3 do art.º 169º da Lei 16/2022, de 16 de agosto na sua atual redação, estabelece a aplicação de um percentual sobre cada fatura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente Município.

2) A alínea b), n.º 3 do art.º 169º, da referida Lei, condiciona o estabelecimento da taxa aplicável, sendo que o seu valor não pode ultrapassar os 0,25%, devendo ser aprovada anualmente por cada Município até final do mês de dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência.

3) O n.º 4 do art.º 169.º da mesma Lei, estabelece que as referidas empresas são responsáveis pelo pagamento aos Municípios. -----

Com base no exposto, e de acordo com o artigo 86.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, para os contratos de saneamento e reequilíbrio existentes à data de entrada em vigor da presente Lei, bem como para os planos de ajustamento previstos na Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, aplicam-se as disposições constantes da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, e do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 120/2012, de 19 de junho, entende-se que deve ser aplicada a taxa máxima de 0,25%, pelo que se propõe que: -----

- 1) A TMDP seja apreciada e votada em reunião de Executivo Municipal; -----
- 2) A Câmara Municipal submeta à aprovação da Assembleia Municipal o percentual de 0,25% relativo à Taxa Municipal de Direitos de Passagem para vigorar no ano de 2026, nos termos da alínea b) do nº 1 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12/09 e da alínea o) do art.º 14º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação. -----

O Senhor Presidente usou da palavra referindo que a presente proposta visa a aplicação da taxa máxima de 0,25%, nos termos do que tem vindo a ser executado pela Câmara Municipal de Fornos de Algodres, ao longo dos anos, nomeadamente através da aplicação da mesma aos operadores de telecomunicações que utilizam espaço público do Município, para colocação das suas infraestruturas. Neste contexto, o Senhor Presidente sublinhou que faz todo o sentido a aplicação da referida taxa, por forma a que o Município de Fornos de Algodres seja, de alguma forma, resarcido do impacto proveniente da instalação das mesmas. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade. -----

7-PROPOSTA DE ATA EM MINUTA, PARA APROVAÇÃO -----

O Senhor Presidente, após leitura da minuta da ata, propôs a sua aprovação. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não se tendo verificado qualquer intervenção por parte do público e antes de dar por terminada a reunião, o Senhor Presidente sublinhou sentir-se muito orgulhoso pelo facto de o atual Executivo Municipal ter realizado uma reunião de Câmara que, pela primeira vez, foi transmitida e partilhada com o público. Nesse sentido, agradeceu aos Técnicos do Município de Fornos de Algodres, nomeadamente ao Eng.º André Pereira e à Dra. Célia Candeias, pela forma superior como têm organizado todas as sessões. -----

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião, da qual nos termos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, foi lavrada a presente ata que vai ser lida e assinada nos termos da lei. -----

O Presidente da Câmara

(Dr. Alexandre Filipe Fernandes Lote)

A Secretária

(Célia Maria Candeias Ferreira)

O Original encontra-se assinado
no Gabinete de Apoio à Presidência